

1

Introdução

Esta introdução pretende, de maneira sucinta, abordar algumas das questões que serão tratadas ao longo da dissertação. Primeiramente, abordaremos a Escola Inglesa de forma geral, buscando responder a perguntas como: quais são as principais características da Escola Inglesa?, como foi formada?, que teóricos a integram? Posteriormente, abordaremos alguns aspectos da disciplina de Relações Internacionais que, de uma forma ou de outra, estarão presentes nos capítulos da dissertação. Trataremos, assim, de como a história da disciplina tem sido tradicionalmente contada através do que se convencionou chamar de os “Grandes Debates”. Discutiremos brevemente sobre essa forma de se contar a história da disciplina, entendendo que os debates são o “pano de fundo” de muitas questões que serão discutidas com relação à Escola Inglesa. Em seguida, mencionaremos algumas características da disciplina na Grã-Bretanha nos anos 1940 e 1950, pois, como argumentam alguns analistas, a base da diferenciação entre as abordagens teóricas nos EUA e na Grã-Bretanha, que foi explicitada no chamado “Segundo Grande Debate”, teve suas origens nos diferentes desenvolvimentos institucionais da disciplina nos dois lados do Atlântico.¹ Terminamos, então, a introdução expondo a estrutura da dissertação.

The British Committee for the Theory of International Politics e a Escola Inglesa de Relações Internacionais

O “The British Committee For The Theory Of International Politics” (de agora em diante Comitê Britânico) originou-se a partir de uma sugestão de Kenneth Thompson — da Fundação Rockefeller — a Herbert Butterfield, para que esse organizasse uma versão Britânica do Comitê que já existia nos EUA.² A primeira reunião do Comitê Britânico, em janeiro de 1959, pode ser vista como o início

¹ Ver Steve SMITH. (Ed.), *International Relations: British and American Perspectives*.

² O Comitê americano, intitulado “Committee on International Relations”, começou em 1954 e publicou uma coletânea de seus trabalhos, ver William, T. R. FOX. (Ed.), *Theoretical Aspects of International Relations*.

simbólico da Escola Inglesa.³ Desde o início, o objetivo do Comitê foi esclarecer os princípios de prudência e obrigação moral que mantiveram a sociedade de Estados através da história, e ainda a mantém.⁴

Para Martin Wight, a sociedade internacional só podia ser estudada adequadamente em “historical and sociological depth”⁵, por isso procurou investigar outros sistemas internacionais além do moderno. Seu interesse em estudar os “sistemas suseranos” refletia sua vontade de se libertar do que chamou de “o preconceito intelectual imposto pelo Estado soberano”.⁶ Dessa forma, a partir de meados dos anos 1960, o Comitê Britânico voltou-se para estas questões, o que teve como resultado a publicação póstuma dos trabalhos de Wight apresentados ao Comitê, o livro *Systems of States*.

Após a morte de Wight, em 1972, Adam Watson assumiu a direção do Comitê. A ênfase passou a ser em como a sociedade internacional europeia se expandiu globalmente. Tal ênfase continuou quando Hedley Bull, em 1978, assumiu o lugar de Watson, que acabou gerando o livro editado *The Expansion of International Society*. O influente livro de Bull, *The Anarchical Society*, bem como o de Watson, *The Evolution of International Society*, também resultaram de trabalhos apresentados ao Comitê.⁷ O Comitê encerrou suas atividades em 1985, após o falecimento de Bull.⁸

Tim Dunne detectou três pontos preliminares da Escola Inglesa, que, na sua visão constituem uma tentativa de articular “family resemblances”, compartilhadas pelos membros da Escola Inglesa: (1) identificação com uma determinada tradição de pesquisa. Dunne argumenta que isso na Escola Inglesa se articulou através do Comitê Britânico e dos “laços pedagógicos” que unem sucessivas gerações de acadêmicos da escola; (2) uma abordagem interpretativa seria o segundo tema que está na base da Escola Inglesa. Segundo Dunne, desde o início, os teóricos identificados com a escola

³ Tim DUNNE., *Inventing International Society: A History of the English School*, p. xi.

⁴ Herbert BUTTERFIELD; Martin WIGHT. (Eds.), *Diplomatic Investigations: Essays in the Theory of International Politics*, p.13.

⁵ Martin WIGHT, *Western Values in International Relations*, p.96.

⁶ Martin Wight, citado em Adam WATSON., *Foreword*..

⁷ Adam WATSON, *The Evolution of International Society*, p.4.

⁸ Adam WATSON, *The British Committee for the Theory of International Politics: some historical notes* .

eram cépticos quanto à possibilidade de um estudo científico das relações internacionais. Ele coloca que Wight estabeleceu uma abordagem interpretativa, ao buscar examinar tradições de pensamento que pudessem ir além da dicotomia realismo/idealismo. Saliencia que isto gerou as três tradições – que serão examinadas no primeiro capítulo – como um meio de interrogar a teoria e prática das relações internacionais. Para Dunne, esse “profundo anti-positivismo” continua a diferenciar a abordagem da Escola Inglesa das abordagens do *mainstream* americano;⁹ e (3) a teorização sobre as relações internacionais vista como uma atividade normativa.¹⁰

Na visão de Dunne, essas três definições nos levam a ver, por exemplo, que assuntos como cultura e identidade sempre estiveram presentes nos trabalhos da Escola Inglesa.¹¹ Além de Butterfield, Wight e Bull, Adam Watson era um dos principais membros do Comitê Britânico que formavam o núcleo da Escola Inglesa, posteriormente influenciando uma segunda geração de acadêmicos como, por exemplo, R.J. Vincent, James Mayall, Alan James, Michael Donelan, entre outros. Fora do Comitê, C. A. W. Manning teve uma influência definitiva na formação da Escola Inglesa.¹²

A questão de quem seriam os membros “fundadores” da Escola Inglesa é um dos meus pontos de discordância com a abordagem de Tim Dunne. Dunne inclui Edward H. Carr como sendo um membro “dissidente”, argumentando que seu livro, *The Twenty Years’ Crisis*, teve uma forte influência em Wight e Bull, por exemplo, principalmente na dialética entre realismo e idealismo. Contudo, discordo que Carr possa ser visto como um membro da Escola Inglesa, pois ele não concordava com vários aspectos da teoria de Wight, Bull, Watson *et al*, como, por exemplo, a

⁹ Tim DUNNE, *Inventing International Society*, p.62.

¹⁰ *Ibid.*, pp.5-11.

¹¹ *Ibid.*, p.189.

¹² Recentemente a inclusão ou exclusão de Manning da Escola Inglesa tem sido uma questão muito debatida, ver Tonny B. KNUDSEN, *Theory of Society or Society of Theorists? With Tim Dunne in the English School*; Samuel M. MAKINDA, *International Society and Eclecticism in International Relations Theory*; Hidemi SUGANAMI, *A New Narrative, a New Subject? Tim Dunne on the ‘English School’*; e Tim DUNNE, *All Along the Watchtower: A Reply to the Critics of Inventing International Society*. Esses artigos fizeram parte de um fórum dedicado a debater o livro de Dunne, *Inventing International Society*, no periódico *Cooperation and Conflict* Vol. 35, Nº2 (2000). Posteriormente houve continuação do debate, mas somente Suganami continuou a insistir na questão da exclusão de Manning, ver o seu *Heroes and a Villain: A Reply to Tim Dunne*, *Cooperation and Conflict* Vol. 36, Nº3 (2001). Ver também Hidemi SUGANAMI, C. A. W. Manning and the study of International Relations.

concepção que tinham de sociedade internacional.¹³ Com relação à Manning, Dunne coloca que ele não deve ser visto como membro, principalmente porque Manning, um cidadão sul africano, era a favor da política do *apartheid*, contra a qual colocavam-se radicalmente Wight, Bull e Vincent. Dunne observa que essa pode ter sido uma das razões porque Manning não foi convidado a fazer parte do Comitê Britânico. Apesar dessa ser uma importante diferença ideológica entre os autores, isso não exclui o fato da influência teórica de Manning em Wight, Bull e vários outros teóricos da Escola Inglesa. Manning também foi um dos principais articuladores do principal conceito teórico elaborado pela Escola Inglesa, o conceito de sociedade internacional.¹⁴

Segundo Ole Waever, a Escola Inglesa passou por quatro fases:

Fase 1: 1959-1966. Waever destaca que 1959 marca a fundação do Comitê Britânico e 1966 o ano de publicação de *Diplomatic Investigations*, primeira coletânea de trabalhos do Comitê Britânico. Ele argumenta que essa foi a fase em que seus teóricos se concentraram no desenvolvimento do conceito de sociedade internacional.

Fase 2: 1966-1977. Nessa fase, foram produzidos dois importantes trabalhos: *The Anarchical Society* de Bull e *Systems of States* de Wight, ambos publicados em 1977. Uma segunda geração de teóricos começou a publicar seus trabalhos.

Fase 3: 1977-1992. Segundo Waever, essa foi uma fase de estabilização e complementação dos trabalhos da geração anterior. Nos anos 1970, uma segunda geração de teóricos, entre eles R. J. Vincent, James Mayall, Alan James, Michael Donelan, Peter Savigear, Murray Forsyth, Maurice Keens-Soper, deu continuidade aos trabalhos da primeira geração. De modo geral, como argumenta Waever, eles utilizavam os esquemas e termos de Wight e Bull, procurando empregar suas abordagens e, de certa forma, complementá-las. Isso acabou gerando as acusações de Roy Jones de que repetição e estagnação eram uma das características da Escola

¹³ Edward H. CARR, *The Twenty Years' Crisis*. Ver a crítica de BULL à Carr, *The Twenty Years' Crisis Thirty Years On* (1969).

¹⁴ Ver, C. A. W. MANNING, *The Nature of International Society*. Ao responder as críticas ao seu livro, Dunne reconhece o fato de que o impacto de Manning na Escola Inglesa não foi adequadamente analisado no seu livro. Ver DUNNE, "All Along the Watchtower".

Inglesa.¹⁵ Nessa fase, conforme colocou Waever, “Possivelmente, o problema com a Escola Inglesa foi que ela realmente se tornou ‘uma Escola Inglesa’”.¹⁶ Mas isso também pode ser visto como um dos pontos fortes da Escola Inglesa, ou seja, o estabelecimento de uma posição firme, onde posteriormente uma nova geração poderia usar suas bases para construir pontes com perspectivas pós-positivistas e também criticar pontos, como o excessivo estado-centrismo das primeiras gerações, estabelecendo uma Escola Inglesa muito mais receptiva a inovações teóricas.

Fase 4: de 1992 até hoje. Waever coloca que é a chegada de uma terceira geração, que trouxe uma renovada criatividade e, diferentemente da fase anterior, há então uma vontade de relacionar a abordagem da Escola Inglesa com novas inovações e desafios teóricos. Argumenta que 1992 foi o ano em que o periódico *Millennium* dedicou um número especial a essa nova geração da Escola Inglesa. Também foi o ano de uma conferência em Limerick, Irlanda, que posteriormente gerou a publicação, em 1998, do livro: *International Society and the Development of International Relations Theory*.¹⁷ Waever argumenta que alguns teóricos da terceira geração, como Tim Dunne e Nicholas Wheeler, começaram a desenvolver uma nova vertente ou tradição: “Critical International Society Studies”.¹⁸

Histórias sobre a disciplina de Relações Internacionais

Tradicionalmente, a história da disciplina de Relações Internacionais tem como eixo central os chamados “Grandes Debates”. Esses debates são divididos em três: o primeiro, entre idealistas e realistas nos anos 30 e 40, com a suposta vitória dos realistas; o segundo, entre tradicionalistas e cientificistas ou behavioristas nos anos 60, com a suposta vitória dos últimos; e o debate pós-positivista, entre racionalistas e

¹⁵ Roy. E. JONES, The English School of International Relations: A Case for Closure. Este artigo de Jones cunhou o nome “Escola Inglesa” e provocou um importante debate, ao longo dos anos 1980, sobre a identidade e a validade da contribuição da Escola Inglesa. Os outros dois principais artigos que fizeram parte do debate são: Sheila GRADER, The English School of International Relations: evidence and evaluation; e Peter WILSON, The English School of International Relations: a reply to Sheila Grader. Este debate será analisado na seção 2.2.

¹⁶ Ole WAEVER, Four Meanings of International Society: A Trans-Atlantic Dialogue, p.88.

¹⁷ Ver “Special Issue: Beyond International Society”, *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 21, nº3 (1992); B. A. ROBERSON (Ed.), *International Society and the Development of International Relations Theory*.

reflexivistas, ainda em curso.¹⁹ De fato, a auto-imagem dos “Grandes Debates”²⁰ é tão forte que um comentarista afirmou que não há nenhum outro modo estabelecido de se contar a história da disciplina que não seja através dos debates.²¹

Recentemente, novos trabalhos sobre a historiografia da disciplina vêm questionando tal modo de se contar sua história. Entre os debates, tem sido criticado, por esses trabalhos, principalmente, aquele que teria ocorrido entre idealistas e realistas. Questionam, em primeiro lugar, a caracterização da maioria dos acadêmicos (bem como estadistas, diplomatas e jornalistas) que escreviam sobre questões internacionais no entre guerra de “idealistas”. Argumentam que essa não é uma caracterização adequada, pois, além desses acadêmicos não se verem como idealistas, tal tipo de caracterização distorce o nosso entendimento de seus escritos, que não tinham como característica principal o utopismo, mas a tentativa de mitigar a anarquia internacional, que para muitos foi uma das principais causas da Primeira Guerra Mundial. Argumentam, também, que, ao colocarem uma grande quantidade de acadêmicos sob o rótulo de idealistas, ignoram o fato de não existir um discurso dominante no entre guerras, e sim uma miríade de discursos e teorias que são deslegitimadas e ignoradas sob um único rótulo pejorativo que não as descrevem adequadamente. Questionam a própria existência de um debate, colocando que, na verdade, o debate foi uma imposição dos realistas, que construíram um “idealismo” unificado para justificar suas teorias. Segundo os críticos, tal atitude dos realistas faz com que não se perceba um certo grau de continuidade entre as duas abordagens, como normalmente é enfatizado.

¹⁸ WAEVER, *Four Meanings of International Society*, pp.85-89.

¹⁹ Além destes grandes debates, existem outros “menores” como, por exemplo, o debate inter-paradigmático, ocorrido no final dos anos 70 e 80, e o debate entre neo-realistas e neoliberais, ocorrido no final dos anos 80 e 90. Sobre esses debates, ver, respectivamente, Michael BANKS., *The Evolution of International Relations Theory*; Mark HOFFMAN., *Critical Theory and the Inter-Paradigm Debate*; Ole WAEVER, *The rise and fall of the inter-paradigm debate*; B. A. BALDWIN. (Ed.), *Neorealism and Neoliberalism: the Contemporary Debate*.

²⁰ Esta é uma denominação usada por Steve SMITH, *The Self-Images of a Discipline: A Genealogy of International Relations Theory*.

²¹ Ole WAEVER, *The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations*, p. 715; Cynthia WEBER, *International Relations Theory: A Critical Introduction*. Esse livro de Weber é uma interessante tentativa de fugir dos métodos tradicionais de se contar a história da disciplina, utilizando-se de filmes e outros recursos.

Outro ponto destacado por esses novos estudos de historiografia é o impacto de eventos externos na disciplina — abordagem contextualista. A ênfase nos debates dá muita importância ao contexto internacional no desenvolvimento da disciplina. No entanto, o fracasso da Liga das Nações e a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, teriam demonstrado a ineficiência do discurso idealista e justificariam a ênfase na busca pelo poder. Ao contrário dessa visão, esses novos estudos observam, assim, que a ênfase deve ser dada aos desenvolvimentos internos da disciplina, de seus discursos e teorias, uma vez que a conexão causal entre eventos externos e desenvolvimentos teóricos é, na melhor das hipóteses, vaga. Salientam também que a noção dos debates transmite uma visão kuhniana de revolução científica, que não reflete adequadamente a evolução da teoria de Relações Internacionais. De acordo com a perspectiva contextualista, após o paradigma idealista — dominante no entre guerras — não conseguir explicar as anomalias representadas pelo fracasso da Liga das Nações, houve um período de crise paradigmática e o idealismo foi substituído pelo paradigma realista, que teria um maior poder de explicação sobre tais anomalias. Segue-se, então, um período de “ciência normal” até o paradigma realista ter seus pressupostos metodológicos questionados pelos behavioristas, e assim em diante.

Esses novos estudos afirmam que a noção kuhniana de paradigma não pode ser aplicada à teoria de Relações Internacionais, pois as teorias que são preponderantes em determinados momentos convivem lado a lado com diversas teorias e discursos diferentes e, acima de tudo, não representam uma “revolução científica” com relação à(s) teoria(s) anterior(es).²²

²² Brian SCHMIDT, *The Historiography of Academic International Relations*; Brian SCHMIDT, *The Political Discourse of Anarchy: a Disciplinary History of International Relations*; SMITH, *The Self-Images of a Discipline*; Ole WAEVER, *The Sociology of a not so International Discipline*; Peter WILSON, *The Myth of the ‘First Great Debate’*; Miles KAHLER, *Inventing International Relations: International Relations Theory After 1945*; DUNNE, *Inventing International Society*; Cameron G. THIES, *Progress, History and Identity in International Relations Theory: The Case of the Idealist – Realist Debate*. Para uma análise desta nova literatura, ver Gerald HOLDEN, *Who contextualizes the contextualizers? Disciplinary history and discourse about IR discourse*.

Relações Internacionais na Grã-Bretanha: Anos 40 e 50

Nessa época, o discurso do realismo era preponderante na disciplina, a ponto de Olson e Groom chamarem o período de “o segundo consenso: a busca pelo poder”.²³ Dunne, Cox e Booth colocam que o grande responsável por isso foi o livro *The Twenty Years' Crisis*, de E. H. Carr, que representou um momento de unidade entre as perspectivas britânica e americana. Mas salientam que, apesar desse momento de unidade, as duas perspectivas começaram a se diferenciar bem antes do chamado “novo grande debate” entre tradicionalistas e cientificistas sociais ou behavioristas. Principalmente, porque a maioria dos principais teóricos britânicos de relações internacionais resistiam à polaridade entre realismo e idealismo, que estruturou o primeiro debate.²⁴

Os respectivos desenvolvimentos institucionais da disciplina nos dois lados do Atlântico também têm um peso grande nessa diferenciação. Nos EUA do segundo pós-guerra, estava em curso o movimento que ficou conhecido como behaviorismo (ver seção 1.2.2), que se espalhou por todas as áreas das ciências sociais. Esse movimento pretendia dar um caráter mais científico às ciências sociais, pois muitos as viam como um campo cientificamente inferior aos das ciências naturais, que podiam estabelecer um maior grau de previsibilidade, conferindo, dessa maneira, mais rigor científico através do estabelecimento de leis gerais. Os behavioristas, baseados na psicologia social e, posteriormente, na teoria de sistemas (principalmente da economia), procuravam maneiras de criar modelos em que pudessem estabelecer leis gerais para a política internacional.

Apesar dos realistas clássicos discordarem dos métodos behavioristas, eles concordavam que era preciso, para fazer com que a disciplina se estabelecesse no sistema universitário norte-americano, fazer das Relações Internacionais uma ciência. Nos EUA, as Relações Internacionais não ganharam um departamento independente nas universidades, ficando a disciplina estabelecida como uma sub-área da Ciência Política. Nos departamentos de Ciência Política, por sua vez, o behaviorismo era

²³ Os autores caracterizam o primeiro consenso como sendo a busca pela paz nos anos 20. William C. OLSON; A. J. R. GROOM, *International Relations then and now: Origins and trends in interpretation*.

²⁴ Tim DUNNE; Michael COX.; Ken BOOTH, *Introduction: The Eighty Years' Crisis*, p. vii.

preponderante, colocando o ensino da História, do Direito e da Filosofia Política de lado. Na verdade, buscavam separar-se desses campos, com o objetivo de se estabelecerem como uma verdadeira “ciência” da política.

A formação da disciplina na Grã-Bretanha teve contornos diferentes. A começar pelo menor grau de institucionalização, se compararmos com os EUA. Na Grã-Bretanha, apesar da disciplina, de certa forma, operar dentro da estrutura de Ciência Política, desde o início, ela teve departamentos independentes. As maiores contendas sobre a legitimidade e mesmo a necessidade de se formar tal disciplina ocorreram não com cientistas políticos, mas com historiadores.²⁵ De maneira geral, a disciplina era vista como interdisciplinar e não se manteve próxima de nenhuma outra disciplina em particular — mesmo quando se tornou institucionalizada dentro da Ciência Política. Dessa maneira, pode continuar a cultivar seus laços, especialmente com a História, o Direito Internacional, a Filosofia Política e a Sociologia.²⁶

Steve Smith argumentou que a questão dos distintos ambientes intelectuais — a academia norte-americana mais propensa a métodos científicos e a da Grã-Bretanha mais próxima da Filosofia e da História — é a principal razão para as abordagens divergentes.²⁷

Outro importante fator de diferenciação foi o fato de as Relações Internacionais na Grã-Bretanha terem permanecido “mais próximas das influências liberais dominantes no contexto anglo-saxão, menos sujeita que foi às influências realistas continentais”.²⁸ Nos EUA, muitos dos teóricos realistas que dominaram a institucionalização da disciplina eram oriundos da Europa continental e trouxeram um forte componente pessimista da *Machtpolitik* alemã, responsável, nos EUA, pelo que Kahler chamou de “realismo transplantado”.²⁹

²⁵ Ian HALL, *History, Christianity and Diplomacy: Sir Herbert Butterfield and International Relations*, p. 728; Christopher HILL, *History and International Relations*, p.134.

²⁶ WAEVER, *The Sociology*, p. 710.

²⁷ Steve SMITH, “Introduction, p. xiii; Steve SMITH, *Foreign Policy Analysis*, p.55. “The British have probably been more concerned with the historical than the contemporary, with the normative than the scientific, with the philosophical than the methodological, with principles than policy”. Herbert BUTTERFIELD; Martin WIGHT., Preface., In: H. BUTTERFIELD; M. WIGHT (Eds.), *Diplomatic Investigations*, p.12.

²⁸ Maria Regina Soares de LIMA, *Instituições Democráticas e Política Exterior*, p. 298.

²⁹ KAHLER, *Inventing International Relations*, p. 25.

Nesse sentido, a influência dos principais acadêmicos tem um papel relevante. Na Grã-Bretanha, ao contrário do que aconteceu nos EUA, muitos dos principais acadêmicos dos anos 40 e 50, como Arnold Toynbee, Charles Manning e Martin Wight, foram defensores da Liga das Nações. Suganami destaca a influência decisiva de Manning no estabelecimento, desde o início do estudo acadêmico das Relações Internacionais na Grã-Bretanha, de uma abordagem predominantemente racionalista — no sentido dado por Wight, como uma *via media* entre o realismo e o idealismo. Segundo ele argumenta, houve a predominância do racionalismo na Grã-Bretanha, onde, diferentemente dos EUA, o realismo nunca obteve um *status* hegemônico.³⁰

A Estrutura da Dissertação

O trabalho pretende avaliar a contribuição e o desenvolvimento da Escola Inglesa. A fim de cumprir este objetivo, foi dividido em três partes. Na primeira delas, intitulada “As Origens da Escola Inglesa”, buscou-se analisar a contribuição de dois de seus principais teóricos: Martin Wight e Hedley Bull. A razão para analisar o trabalho desses dois teóricos, e não de outros também importantes para o desenvolvimento da Escola, como Charles Manning e Adam Watson, é que Wight e Bull estabeleceram os principais eixos teóricos e conceituais constitutivos da Escola. A análise de tais trabalhos permite-nos discutir os principais pontos e questões que, posteriormente, foram desenvolvidos por outras gerações e absorvidos e/ou criticados por outras correntes teóricas nas Relações Internacionais.

A segunda parte refere-se ao desenvolvimento da Escola. Nela, procurou-se ressaltar o desenvolvimento da Escola Inglesa através da análise dos últimos trabalhos de Bull, que se voltaram para o estudo do que ele chamou de “a revolução contra o Ocidente”. O que diferencia esses trabalhos de Bull dos anteriores é uma mudança de ênfase, com Bull se afastando cada vez mais da concepção pluralista da sociedade internacional e se aproximando da concepção solidarista. Veremos que alguns comentadores também destacam o potencial crítico aberto por esses trabalhos de Bull e da Escola Inglesa de forma geral.

³⁰ SUGANAMI, C. A. W. Manning, p.104; MANNING, The Nature of International Society.

Dando seqüência a segunda parte, analisamos os debates que ocorreram nos anos 1980 sobre a identidade e a validade da contribuição da Escola Inglesa. A importância de analisar tais debates está no fato de eles nos permitirem avaliar a Escola de uma maneira geral. Ou seja, permitirem-nos retomar alguns pontos anteriormente fixados, ao mesmo tempo que nos permitem examinarmos algumas tendências apontadas naquela época, como, por exemplo, o crescente interesse pelos trabalhos produzidos pela Escola.

A terceira parte analisa a Escola Inglesa nos anos 1990. O aspecto central da análise é como a sua terceira geração procura estabelecer relações com perspectivas críticas. Tal fato gerou uma bifurcação entre uma vertente crítica — que busca, principalmente, desenvolver uma teoria solidarista da sociedade internacional —, e uma vertente chamada de “clássica” — que demonstra um alto grau de continuidade com os trabalhos do Comitê Britânico. As duas vertentes apresentaram posições normativas divergentes ao analisarem a intervenção da OTAN no Kosovo, em março de 1999. Dessa forma, analisaremos suas posições, que trouxeram novamente à tona o debate entre as perspectivas pluralistas e solidaristas da sociedade internacional. O debate entre as duas concepções atraiu a atenção dos críticos, que detectam na divergência entre suas posições um conflito de natureza irreconciliável, que coloca em risco a coerência e mesmo a existência da Escola Inglesa.